



CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2013

301 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 1 / 302 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 2
303 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 3 / 304 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 4
305 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 5 / 306 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 6
307 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 7

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal: Um Caderno de Questões contendo **60 (sessenta) questões** objetivas de múltipla escolha e **1 (uma) questão discursiva**. Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva e outra para a Prova Discursiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores. Em seguida, assinale na **Folha de Respostas a PROVA A**, correspondente ao tipo de prova, não serão aceitos pedidos de preenchimento do modelo de prova na folha de respostas após sua entrega aos fiscais de sala, em hipótese alguma, seja qual for o motivo alegado ou o meio utilizado para tal solicitação.
- A totalidade da Prova terá a duração de **5 (cinco) horas**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva e da Prova Discursiva.
- Iniciadas as Provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **3 (três) horas** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões, e as Folhas de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva, que serão os únicos documentos válidos para correção.
- O Candidato poderá levar o Caderno de Questões nos últimos **60 (sessenta) minutos** que antecedem o término do horário estabelecido para o fim da Prova.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a(s) prova(s), deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- Não se esqueça de assinar, na FOLHA DE RESPOSTAS, a letra correspondente ao tipo de Prova: PROVA A, conforme modelo abaixo:

PROVA A PROVA B PROVA C PROVA D

- O candidato que não preencher o tipo de prova durante a realização desta e antes de entregá-la aos fiscais de sala, será automaticamente excluído do Concurso Público na fase de processamento do resultado provisório.
- A Folha de Respostas NÃO pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



- Todas as questões deverão ser respondidas.

INSTRUÇÕES – PROVA DISCURSIVA

- Para realização da Prova Discursiva, o candidato receberá caderno específico.
- Use caneta transparente de tinta preta.
- A Prova Discursiva deverá ser escrita com letra legível, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da **Cetro Concursos**, devidamente treinado, que deverá escrever o que o candidato ditar, sendo que este deverá ditar integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais de acentuação e pontuação.
- Será atribuída nota zero à Prova Discursiva que apresentar sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- O rascunho é de preenchimento facultativo e não vale para finalidade de avaliação.
- Qualquer dúvida, chame o fiscal da sala.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.

09/2013



CONCURSOS PÚBLICOS

Espaço reservado para anotação das respostas

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA – EDITAL 1/2013 – (MANHÃ) – PROVA A

301 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 1 / 302 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 2 / 303 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 3
304 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 4 / 305 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 5 / 306 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 6
307 – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA 7



CONCURSOS PÚBLICOS

Nome: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Conhecimentos Básicos

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo, para responder às questões de 1 a 6.

É inevitável que venham a existir lacunas na nossa compreensão do cenário global de regulamentações sobre o *marketing* de alimentos para crianças. É de interesse especial a implicação das regulamentações para a alimentação saudável. Infelizmente, há relativamente poucas experiências nos países que possam ser utilizadas para melhor compreender se as regulamentações são eficazes para incentivar dietas mais balanceadas.

A inexistência de sistemas regulatórios específicos para o *marketing* de alimentos para crianças significa que há poucos modelos e poucas evidências que possam embasar futuras políticas. Embora as cláusulas existentes, ao exigirem que as propagandas não incentivem a alimentação não saudável, tenham o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas, essa abordagem não foi avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis. Da mesma forma, é difícil, no momento, avaliar a eficácia das proibições à publicidade. Embora as proibições pareçam reduzir a exposição à publicidade e os apelos das marcas divulgadas, seus efeitos na dieta total não estão claros. Além do mais, as proibições existentes são enfraquecidas pela publicidade transfronteira e pelas técnicas de *marketing* alternativas, fatores que complicam ainda mais a avaliação. Na verdade, a avaliação dos efeitos das regulamentações de todos os tipos é geralmente inadequada.

A falta de pesquisas objetivas sobre os efeitos da regulamentação nos padrões alimentares e na saúde a longo prazo é uma lacuna de conhecimento séria que precisa ser sanada. A compreensão dos efeitos dos sistemas regulatórios – incluindo proibições publicitárias estatutárias, restrições à venda de produtos, regulamentações sobre promoções de vendas, códigos autorregulatórios e iniciativas da indústria alimentícia – ajudaria a determinar se as regulamentações do *marketing* são mecanismos eficazes ou ineficazes para desencorajar dietas não balanceadas. As informações também auxiliariam todas as entidades e pessoas envolvidas a direcionarem suas energias para soluções produtivas, contrapondo-se às políticas que não terão o efeito pretendido de melhorar as dietas infantis e a saúde em longo prazo.

Hawkes, Corinna. *Marketing de alimentos para crianças: o cenário global das regulamentações* / Organização Mundial da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2006.

1. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o primeiro parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) No primeiro período do parágrafo, “venham a existir” pode ser substituído por “venha a haver”, sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido. A forma “haja” também seria um substituto possível, mas implicaria pequena alteração de sentido.
- (B) O segundo período pode ser introduzido pela conjunção “Porquanto”, de modo a explicitar a relação de sentido que se estabelece entre esse período e o anterior. Nenhuma alteração seria necessária, a não ser a inserção de uma vírgula após tal conjunção.
- (C) Conforme a orientação para textos técnicos, o termo “*marketing*”, nesse ou em outros parágrafos do texto, deveria ser utilizado com inicial maiúscula, como todos os nomes que designam artes, ciências ou disciplinas.
- (D) O trecho final do parágrafo, após a palavra “utilizadas”, pode ser reescrito, sem prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical, desta forma: “para a melhor compreensão da eficácia das regulamentações para incentivar dietas mais balanceadas”.
- (E) O segundo período pode ser reescrito, sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido do parágrafo, desta forma: “Interessa especialmente no que as regulamentações para a alimentação saudável implicam”.

2. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o segundo parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) O trecho inicial do parágrafo pode ser reescrito desta forma: “O fato de inexistir sistemas regulatórios para o *marketing* de alimentos (...)”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (B) Em “há poucos modelos e **poucas** evidências”, o uso do termo destacado, apesar de sintaticamente desnecessário, é adequado ao contexto a fim de se evitar um prejuízo à clareza no período em que a construção ocorre.
- (C) Em “avaliar a eficácia das proibições à publicidade”, o termo destacado pode ser substituído por “para a”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (D) Os conectivos “Da mesma forma” e “Além do mais” podem ser substituídos, respectivamente, por “Idem” e “Ademais”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (E) No último período, se o termo “avaliação” fosse flexionado no plural, as demais alterações decorrentes dessa gerariam na frase um problema de ambiguidade.

3. Assinale a alternativa que apresenta a melhor reescritura do segundo período do segundo parágrafo, sendo preservado o sentido que assume no texto.

- (A) As cláusulas existentes, de modo que exigem que as propagandas não incentivem a alimentação saudável, têm o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas, apesar de essa abordagem não ter sido avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis.
- (B) Como se exige que as propagandas não incentivem a alimentação não saudável, a abordagem ainda não foi avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis, por mais que as cláusulas existentes tenham o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas.
- (C) Ainda que a abordagem não tenha sido avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis, as cláusulas existentes têm o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas, desde que exijam que estas não incentivem a alimentação não saudável.
- (D) Não obstante exijam que as propagandas não incentivem a alimentação não saudável, as cláusulas existentes têm o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas, ainda que essa abordagem não tenha sido avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis.
- (E) Quando exigem que as propagandas não incentivem a alimentação não saudável, as cláusulas existentes têm o potencial de afetar como os alimentos e as bebidas são apresentados nas propagandas, contudo essa abordagem não foi avaliada em termos do seu impacto nas dietas infantis.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o terceiro parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro período do parágrafo ficaria mais claro se a expressão “a longo prazo” fosse colocada após “pesquisas objetivas”, onde estaria mais próximo a seu referente.
- (B) No primeiro período, o uso da vírgula antes da oração “que precisa ser sanada” alteraria a classificação dessa oração, mas, nesse contexto, não representaria prejuízo para o sentido.
- (C) Em “se as regulamentações do *marketing* são mecanismos eficazes ou ineficazes para desencorajar dietas”, os termos destacados podem ser substituídos, respectivamente, por “tratam-se de” e “desestimular”, sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (D) No último período, o deslocamento do termo “também” para depois dos termos “auxiliariam” ou “envolvidas” manteria a organização sintática e o sentido original do trecho, sem a necessidade de novas alterações.
- (E) No último período do parágrafo, a partícula “se” em “contrapondo-se” tem uma função apenas de realce, de modo que pode ser suprimida sem que isso represente prejuízo para a organização do trecho ou para o sentido.

5. De acordo com o que se depreende do texto de Hawkes, assinale a alternativa correta.

- (A) Expressões como “Infelizmente” e “lacuna de conhecimento séria” atestam o caráter predominantemente argumentativo do texto, dado que revelam a opinião do enunciador.
- (B) O texto lido possui caráter predominantemente expositivo, apresentando ideias acerca da regulamentação do *marketing* de produtos alimentares para crianças.
- (C) Por mais simples que sejam, as ações regulamentadoras citadas no texto são vistas com otimismo pelo autor, que releva os problemas mencionados.
- (D) No terceiro parágrafo, o autor do texto expõe, entre os travessões, uma série de recursos que poderiam ser utilizados no sentido de promover melhoras em relação ao problema tratado no texto.
- (E) O texto possui caráter predominantemente argumentativo, apresentando a opinião do enunciador a respeito do tema central “riscos para a saúde pela falta de uma dieta adequada”.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 6 a 10.

O Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária (Conar) decidiu apertar o cerco contra a publicidade infantil. A partir de 1º de março, o órgão vai incluir uma nova restrição no código que regulamenta o setor. Agora, a ideia é barrar também as ações de *merchandising* que tenham crianças e jovens como alvo, bem como a participação destas nesse tipo de peça publicitária. O Conar já previa restrições com a publicidade infantil em geral.

A seção 11 do Código ganhará três novos tópicos referentes à questão do *merchandising*. “Este Código condena a ação de *merchandising* ou publicidade indireta contratada que empregue crianças, elementos do universo infantil ou outros artifícios com a deliberada finalidade de captar a atenção desse público específico, qualquer que seja o veículo utilizado”, afirma o texto do artigo 3º, uma das novas inclusões.

Segundo o órgão, a mudança partiu de uma solicitação da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), tendo em vista que o público infantil pode “enfrentar maior dificuldade para identificar manifestações publicitárias em conteúdos editoriais”.

A decisão foi tomada no fim do ano passado, mas só foi divulgada agora. O anúncio ocorre na mesma semana em que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), decidiu vetar uma lei estadual que limitava a publicidade de comida “pouco saudável” dirigida a crianças. “Compete à lei federal estabelecer meios que garantam à pessoa a possibilidade de se defender da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde”, afirmou Alckmin. Neste caso, a

autorregulamentação já previa veto a ações de *merchandising* de alimentos, refrigerantes e sucos em programas dirigidos a crianças.

O presidente do Conar, Gilberto Leifert, afirma que o objetivo não é barrar totalmente a exposição das crianças à publicidade. “O consumo é indispensável à vida das pessoas e entendemos a publicidade como parte essencial da educação. Privar criança e adolescente do acesso à publicidade é limitar seu raciocínio, pois cidadãos responsáveis e consumidores conscientes dependem de informação nos dias de hoje”, diz Leifert, em nota à imprensa.

O Estado de S. Paulo (2013). “Conar limita ações de *merchandising* para crianças”. Adaptado.

6. De acordo com os textos de Corinna Hawkes e de *O Estado de S. Paulo*, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão do governo paulista foi meramente protocolar, uma vez que o Conar já havia tomado a mesma decisão no fim do ano passado.
- (B) Hawkes apresenta uma opinião que se opõe à apresentada pelo autor do texto de *O Estado de S. Paulo*.
- (C) Fica implícito, pela leitura do texto, que o Conar é um órgão do Governo Federal, diferentemente da ABA, cujo nome revela um caráter de organização não pertencente a nenhuma esfera de governo.
- (D) A atitude do Conar noticiada no texto de *O Estado de S. Paulo* não serve para preencher a lacuna mencionada por Corinna Hawkes.
- (E) O Conar tomou pela primeira vez uma atitude restritiva como essa, por isso é mencionada a criação de três novos tópicos na seção 11 do código.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o primeiro parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) O parágrafo não possui nenhum desvio em relação às características valorizadas pela redação de textos técnicos, como impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza e formalidade.
- (B) O verbo “barrar” possui dois complementos e, no contexto em que está inserido, significa “impedir” ou “vetar”.
- (C) O termo “estas” em “a participação destas”, refere-se a “crianças e jovens”; sua utilização no lugar de “elas” impede que o termo se refira a “ações de *merchandising*”, o que prejudicaria a clareza das ideias.
- (D) No último período, é possível substituir o verbo “previa” pelas formas do pretérito mais-que-perfeito “havia previsto” ou “previera”, o que geraria apenas pequena alteração de sentido.
- (E) O uso da expressão “que tem” no lugar de “que tenham” geraria uma pequena alteração de sentido, mas não representaria problema para a correção gramatical do trecho.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o segundo parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “seção” utilizada no início do parágrafo possui o mesmo significado que a palavra destacada na seguinte frase: “Ele trabalha na subdivisão de recursos humanos da empresa”.
- (B) A supressão do termo destacado em “questão do *merchandising*” pode ser realizada, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido do período em que se encontra.
- (C) No texto do artigo 3º, a utilização excessiva de adjetivos, como “indireta”, “deliberada” ou “específico” é inadequada à redação de textos técnicos.
- (D) No final do parágrafo, a flexão do termo “veículos”, no plural, obrigaria que se flexionassem apenas mais três palavras no plural a fim de que se mantivesse a concordância.
- (E) Sintaticamente, o trecho “com a deliberada finalidade de captar a atenção desse público específico” pode estar subordinado a “empregue” ou a “artifícios”; em ambos os casos, a função sintática do trecho seria igual.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e levando em consideração o terceiro e o quarto parágrafos do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos, assinale a alternativa correta.

- (A) No terceiro parágrafo e na expressão “pouco saudável”, do quarto parágrafo, as aspas indicam uma intenção irônica do autor, ao passo que no fragmento “Compete à lei federal (...)” elas revelam citação de discurso alheio.
- (B) É possível a substituição de “garantam à pessoa a possibilidade de se defender” por “garantam a pessoa à possibilidade de se defender”, sem que haja prejuízo para o sentido ou para a correção gramatical do trecho.
- (C) O verbo “Compete” pode ser substituído por “Cabe” ou “Assiste”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido do trecho.
- (D) O trecho “que possam ser nocivos à saúde” pode ser substituído por “cujo o efeito possa ser nocivo à saúde”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (E) O trecho “a possibilidade de se defender da propaganda” pode ser substituído por “a possibilidade de defesa à propaganda”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.

10. Levando em consideração o quinto parágrafo do texto e as orientações da prescrição gramatical no que se refere a textos escritos na modalidade padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) Na fala de Leifert, se em vez de “entendemos a publicidade” se usasse “entendemos o consumo”, seria possível a utilização de “entendemo-la”, a fim de evitar a repetição do substantivo “consumo”.
- (B) A mesma relação de sentido estabelecida pela conjunção “pois” na fala de Leifert seria mantida com sua substituição por “de sorte que” ou “na medida em que”.
- (C) O trecho “limitar seu raciocínio” pode ser substituído por “limitar-lhe o raciocínio”, sem que haja prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido.
- (D) A utilização das vírgulas que isolam “Gilberto Leifert” e “diz Leifert” deve-se ao mesmo motivo, obedecendo às mesmas regras de pontuação, conforme a prescrição gramatical.
- (E) Conforme a prescrição gramatical, a utilização da vírgula é opcional antes do trecho “nos dias de hoje” e recomendada antes do trecho “e entendemos”.

LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

Read the text below to answer questions 11-12.

Quality of School Lunches Questioned

The meat being provided to our nation's students in their lunches may not meet requirements by the fast-food industry, according to a recent investigation.

Those pangs of guilt when biting into a fast-food hamburger are one thing, but who would imagine that burger could be made with higher-quality meat than what our students are getting in school?

A recent USA Today investigation found that the nation's largest fast-food chains have higher quality and safety standards for the meat they use than what the U.S. Department of Agriculture has for the meat used for the National School Lunch Program, which is served to 31 million students a day.

While the USDA rules for meat sent to schools maintain government safety standards, the government rules have fallen behind the stricter regulations of fast-food chains and other large retailers. Fast-food chains test their meat five to ten times more often than the USDA for bacteria and would reject meat that the USDA deems safe for consumption.

The standards for meat sent to schools and retailers are so disparate that ground beef from a plant with a salmonella outbreak this past August was recalled by retailers, but ground beef from the same plant produced during that outbreak was still shipped to schools.

In addition to meat quality issues, school cafeterias are not being inspected as rigorously required by the Child Nutrition Act. USA Today found that 8,500 schools across the country did not have their kitchens inspected at all in 2008, and another 18,000 schools did not complete the two required yearly inspections.

The USDA is responsible for inspecting every school cafeteria twice a year, but the requirement is difficult to enforce. For starters, the USDA requires that states simply provide the number of schools that have been inspected, but don't keep record of school names. Also, these cafeteria inspections are not free and the money is not automatically provided to meet the mandate. With resources for schools scarce across the country, cafeteria needs are not often a top priority.

These quality control problems for school lunches are not going unnoticed by NEA (National Education Association) members. Education support professionals and educators know the important role nutritious school lunches play in student achievement. “While the lunches may, according to standards, be a balanced lunch, it leaves a lot to be desired as far as the standard applied to the contents of a school lunch”, said Bob Munoz, a Nevada educator.

Quality of School Lunches Questioned.
Available in: <http://www.nea.org>

11. According to the text, analyze the sentences below, write T for true or F for false and choose the alternative that presents the right sequence.

- () The text reflects the obesity issue due to the careless inspection of school food.
 - () Though the U.S. Department of Agriculture presents deficiencies in the overhaul of meat's quality, it detected ground beef from a plant with a salmonella outbreak and, in time, it precluded the shipping of the product to schools.
 - () The NEA is one of the institutes in charge to supervise the procedures of food maintenance adopted by the U.S. Department of Agriculture.
- (A) T/ F/ F
 - (B) F/ F/ F
 - (C) T/ T/ F
 - (D) T/ F/ T
 - (E) F/ T/ T

12. Read the sentence below taken from the text and choose the alternative that presents a synonym to the underlined word.

“Fast-food chains test their meat five to ten times more often than the USDA for bacteria and would reject meat that the USDA deems safe for consumption.”

- (A) Regard.
- (B) Deprecate.
- (C) Beesech.
- (D) Doom.
- (E) Snitch.

Read the text below to answer questions 13-15.

Margarine vs. butter: are synthetic spreads toast?

Sales of margarine are in decline, due to a combination of reformulated recipes, price, health and taste. Do you defend margarine, or is butter simply better?

Butter vs. margarine: it's a fight that has gone on for decades. On one side, there's butter – rich, creamy, defiantly full-fat and made for millennia by churning the milk or cream from cattle. On the other, there's margarine: the arriviste spread invented in the 1860s. It might not taste delicious, and it doesn't sink into your toast like butter, but for decades margarine has ridden a wave of success as the “healthy” alternative.

No longer. Sales of margarine have plummeted in the last year, according to Kantar, with “health” spreads dropping 7.4% in sales. Flora has been particularly badly hit, losing £24m in sales, partly due to reformulating its recipe.

Meanwhile, butter is back in vogue. Brits bought 8.7% more blocks of butter last year, and 6% more spreadable tubs. This is partly due to the “narrowing price gap between butter and margarine”, Tim Eales of IRI told The Grocer, but also to the home baking revival led by Mary Berry, Paul Hollywood and co. We're all sticking unsalted butter in our sponges these days.

A yen for natural, unprocessed produce could also be a factor. “Since all the food scandals of the last 10 years, people are thinking about where their food comes from – butter is perceived as ‘pure’”, says food writer Signe Johansen. But is margarine really out for the count? Big brands are owned by powerful multinationals such as Unilever, with huge marketing budgets. Don't rule spreads out just yet.

Margarine was invented in 1869 by a French food scientist, Hippolyte Mège-Mouriès, who responded to a challenge by Napoleon III. Napoleon wanted to find a long-life alternative to butter to feed troops in the Franco-Prussian war. Mège-Mouriès mixed skimmed milk, water and beef fat to create a substance

similar to butter in texture, if not in taste. He called it “oleomargarine” after *margarites*, the Greek word for pearls – a reference to its pearly sheen. In 1871 he sold the patent to Jurgens, a Dutch firm now part of Unilever.

Beef fat was soon replaced by cheaper hydrogenated and non-hydrogenated vegetable oils. “Margarine gained a foothold during the first world war”, says food writer and historian Bee Wilson. “George Orwell wrote of the ‘great war’ that what he remembered most was not all the deaths but all the margarine. But at this stage people recognized it was an inferior substitute for butter: an ersatz food, like drinking chicory instead of coffee.”

In the second world war, British margarine brands were legally required to add vitamins to their recipes. “The move in status to margarine as a health food, marketing itself as a superior alternative, happened after the war”, says Wilson. Added “healthy” extras – vitamins, omega-3s, unpronounceables that lower your cholesterol – are still a mainstay of the market.

But while margarine has spent decades fighting butter on the health front, what about taste? “Margarine has never been able to replicate the flavour of true butter”, says Johansen. This despite the fact many brands add milk and cream to their spreads. “I Can't Believe It's Not Butter”? Really? I can.

Unsurprisingly, it's hard to find a defendant of margarine among food writers and chefs. One of the few exceptions is Marguerite Patten, who is a fan of baking with Stork[®]. Indeed, Stork[®] does make for wonderfully crisp shortcrust pastry.

Margarine has taken a bashing on the health front in recent years, too. Negative press about trans fats in the 00s saw many brands remove hydrogenated fats from their spreads and reformulate their recipes. Growing suspicion of processed foods has led many consumers to return to butter. As Johansen puts it: “If you want a healthy heart, eat more vegetables.”

And yet, and yet. I'm looking at a tub of Pure Dairy-Free Soya Spread. It contains 14g saturated fat per 100g, compared to butter's 54%. For many consumers, such stats still outweigh taste when it comes to deciding what's on their toast. And what about vegans, and those with lactose intolerance? Margarine can fulfill needs that butter can't.

It will never win any taste awards, but there is still a place for margarine on the supermarket shelves – even if there isn't one for it in most food lovers' fridges.

Margarine vs. butter: are synthetic spreads toast? Adapted. Available in: <http://www.guardian.co.uk>

13. According to the text, read the following assertions.

- I. According to Signe Johansen, nowadays, people are more concerned with what they consume, looking for unprocessed food.
- II. Although margarine and butter have a difference in taste, margarine still beats butter when it comes to sales.
- III. Marguerite Patten doesn't stand for margarine.

The correct assertion(s) is(are)

- (A) I and II, only.
- (B) I, only.
- (C) II and III, only.
- (D) III, only.
- (E) I, II and III.

14. Read the sentence below taken from the text and analyze the assertions below.

"Sales of margarine have plummeted in the last year, according to Kantar, with 'health' spreads dropping 7.4% in sales. Flora has been particularly badly hit, losing £24m in sales, partly due to reformulating its recipe."

- I. The possessive pronoun "its" refers to Flora's new recipe.
- II. "Due to" establishes a relation of cause to the situation exposed.
- III. "Badly" has the same grammar classification as "wooly".

The correct assertion(s) is(are)

- (A) I and II, only.
- (B) III, only.
- (C) II and III, only.
- (D) II, only.
- (E) I, II and III.

15. Read the sentence below and choose the alternative that presents a synonym to the underlined verb.

"Margarine can fulfill needs that butter can't."

- (A) Represent.
- (B) Miss.
- (C) Satisfy.
- (D) Fail.
- (E) Lose.

16. Read the text below and choose the alternative that fills in correctly and respectively the blanks.

Treatment & Managing Reactions

Currently, the only way to prevent a food-allergic reaction is to _____ the problem food. Once you have been diagnosed _____ a food allergy, talk to your doctor _____ how allergic reactions should be treated. Have your doctor created a written "Food Allergy Action Plan" _____ that you and _____ will know what to do in the event of a reaction? Mild to moderate symptoms (e.g., itching, sneezing, hives and rashes) are _____ treated with antihistamines and oral or topical steroids. For patients at risk _____ experiencing a severe reaction (*anaphylaxis*), epinephrine is prescribed. Epinephrine is the _____ medication that can reverse the symptoms of anaphylaxis. It is available in an auto-injector (Auvi-Q™, EpiPen® or Adrenaclick®). If prescribed, use Epinephrine at the first sign of an allergic reaction and call 911. Request an ambulance and tell the dispatchers that you have just used Epinephrine for a suspected food-induced anaphylactic reaction. Patients should always go to the emergency room for further treatment, _____ if symptoms appear to resolve after Epinephrine is administered.

Treatment & Managing Reactions.
Available in: <http://www.foodallergy.org>

- (A) destroy/ however/ on/ even/ somebody/ frequency/ off/ just/ though
- (B) annoy/ though/ so/ but/ another/ usually/ at/ simply/ even
- (C) allow/ even/ by/ and/ ones/ attendance/ off/ lonely/ although
- (D) avoid/ with/ about/ so/ others/ often/ of/ only/ even
- (E) enable/ yet/ as/ upon/ one/ often/ in/ just/ even

Read the text below to answer question 17-18.

Alzheimer's disease

Alzheimer's disease (AD) is a form of dementia, which is a brain disorder. It damages nerve cells in the brain. This affects your ability to remember things, think clearly, and care for yourself. AD begins slowly, and symptoms get worse with time. Eventually, a person with AD might need help in many areas, including eating and getting dressed. For some people in the early or middle stages of the disease, medicine might help symptoms, such as memory loss, from getting worse for a limited time. Other drugs may help people feel less worried or depressed. Dealing with Alzheimer's disease can be extremely difficult, but planning ahead and getting support can lighten the load. AD usually begins after age 60, and risk goes up with age. The risk is also higher if a family member has had AD. Scientists are working to better understand AD. Ongoing studies are looking at whether some things can help prevent or delay the

disease. Areas that are being explored include exercise, eating omega-3 fatty acids, and keeping your brain active.

Alzheimer's disease.
Available in: <http://www.womenshealth.gov>

17. Read the sentence below and choose the alternative that presents a synonym to the underlined word.

"**Ongoing** studies are looking at whether some things can help prevent or delay the disease."

- (A) Cut down.
- (B) Suspended.
- (C) Ended.
- (D) Continuous.
- (E) Interrupted.

18. Read the sentence below.

"Dealing with Alzheimer's disease can be extremely difficult, but planning ahead and getting support can **lighten the load**."

It is correct to affirm that the underlined expression means that

- (A) the grief will be relieved.
- (B) life will be glowing to the patient's relatives.
- (C) the patient will come up with the cure to this disease.
- (D) the clinical scenario difficulties will enhance.
- (E) the treatment to Alzheimer's disease will be improved.

19. Read the sentence below, considering the context of the text, and choose the alternative that **best** fills in correctly and respectively the blanks.

"When we eat, the food is _____ down into glucose (blood sugar), the body's main energy source. As blood flows through the pancreas, this organ detects the high levels of glucose and knows to release insulin, a hormone that it produces in order to allow the cells _____ the body to use the glucose. The cells have insulin receptors that allow glucose to enter. Then the cell either uses the glucose to make energy right away or _____ it as a future energy source."

Insulin Resistance.
Available in: <http://www.caring.com>

- (A) fall/ at/ saves
- (B) break/ on/ save
- (C) turned/ in/ store
- (D) fallen/ out/ restores
- (E) broken/ throughout/ stores

20. Read the sentence below and choose the option that fills in the blank with the correct form of the verb.

"The drugs affected by grapefruit juice usually have some difficulty entering the body after they are consumed because an intestinal enzyme partially destroys them as they _____."

Clue to grapefruit drug reaction.
Available in: <http://news.bbc.co.uk>

- (A) are absorbing
- (B) absorbs
- (C) would be absorbed
- (D) are absorbed
- (E) had been absorbed

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

21. Sobre o artigo 5º da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo.

- I. Partido político, devidamente constituído e registrado, ainda sem representação no Congresso Nacional, pode impetrar mandado de segurança coletivo.
- II. A propositura de ação popular que visa a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural é garantida a qualquer cidadão.
- III. Aos reconhecidamente pobres são gratuitos o registro civil de nascimento, o registro civil de casamento e divórcio e a certidão de óbito.
- IV. Aquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença ou condenado por erro judiciário será indenizado pelo Estado.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

22. Compete privativamente à União legislar sobre os seguintes temas:

- (A) política de crédito; serviço postal; comércio exterior e interestadual.
- (B) informática; emigração e imigração; produção e consumo.
- (C) desapropriação; custas dos serviços forenses; proteção à infância e juventude.
- (D) sistema monetário; telecomunicações; previdência social.
- (E) propaganda comercial; orçamento; defesa do solo e recursos naturais.

23. Sobre os direitos políticos estabelecidos na Constituição da República, analise as assertivas abaixo.

- I. Além dos analfabetos, maiores de 70 anos, maiores de 16 e menores de 18 anos, o alistamento eleitoral é facultativo aos estrangeiros e silvícolas.
- II. O Prefeito que queira concorrer a outro cargo político deve renunciar ao seu mandato até 3 meses antes do pleito.
- III. A idade mínima para aqueles que querem se candidatar à Presidência da República é de 35 anos.
- IV. A impugnação de um mandato eletivo deve se dar no prazo de 15 dias contados da diplomação, devendo a ação ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24. Sobre o instituto da intervenção, analise as assertivas abaixo.

- I. Salvo motivo de força maior, a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para reorganizar as finanças quando suspenso o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- II. A União pode intervir nos Estados e Distrito Federal para prover a execução de ordem ou decisão judicial.
- III. É a União, e não o Estado, que detém a prerrogativa de intervir nos Municípios quando estes não aplicam o mínimo exigido da receita municipal em ensino e saúde.
- IV. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de 24 horas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

25. Sobre a Administração Pública direta e indireta, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A remuneração e o subsídio de ocupantes de cargos, funções e empregos públicos dos membros de qualquer dos Poderes da União, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não podem ser superiores ao subsídio mensal, em espécie, de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- () É possível a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- () É vedado acumulação remunerada de dois cargos de professor.
- () Em havendo compatibilidade de horários, o servidor público da Administração Pública direta, investido no cargo de vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

- (A) F/ V/ V/ F
- (B) V/ F/ V/ F
- (C) V/ V/ F/ F
- (D) V/ F/ F/ V
- (E) F/ V/ F/ V

26. Sobre a Lei nº 8.112/1990, que trata do Regime Disciplinar dos Servidores Públicos Cíveis da União, analise as assertivas abaixo.

- I. As formas de provimento de cargo público são: nomeação, promoção, reversão, readaptação, aproveitamento, reintegração e recondução.
- II. A posse é ato personalíssimo, somente podendo ocorrer com a presença física da pessoa admitida por meio de concurso, devendo apresentar-se mentalmente apta a ocupar o cargo.
- III. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo que não for aprovado no estágio probatório, se estável, será reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
- IV. O deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, no interesse da administração, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, é chamado de redistribuição.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

27. Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal, Decreto nº 1.171/1994, analise as assertivas abaixo.

- I. É vedado ao servidor público prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependem.
- II. Em circunstâncias complexas e delicadas, é facultado ao servidor público avaliar se deve ou não, com base em seu espírito de solidariedade e julgamento humano, relevar eventual infração ao Código de Ética.
- III. Os avanços técnicos e científicos do conhecimento do servidor somente podem ser utilizados mediante aprovação superior.
- IV. O servidor público deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

28. De acordo com a Lei nº 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos das Agências Públicas, é correto afirmar que

- (A) a jornada de trabalho semanal é de 44 horas.
- (B) o desenvolvimento do servidor em seu cargo obedecerá aos princípios da anualidade e da competência e qualificação profissional, não importando, para tanto, a existência ou não de vaga.
- (C) em caso de afastamento ou considerados como de efetivo exercício, o servidor continuará a perceber sua remuneração, sem direito, no entanto, à percepção de gratificação de desempenho (GDAR).
- (D) a avaliação de desempenho realizada pelas agências reguladoras detém critérios padronizados de mensuração do desempenho de seus empregados contando apenas os seguintes critérios legais: produtividade no trabalho, capacidade de iniciativa, cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo, disciplina e tempo de casa.
- (E) até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo terá direito à percepção da GDAR no decurso do ciclo de avaliação no valor correspondente a 80 pontos.

29. De acordo com a Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), sobre a dispensa e a inexigibilidade de licitação, analise as assertivas abaixo.

- I. Dispensa e inexigibilidade de licitação são conceitos doutrinários. Ambos os termos são, de acordo com a Lei das Licitações, sinônimos e adotados para as mesmas hipóteses.
- II. É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços e normalizar o abastecimento.
- III. É dada como inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição de contratação de uma única situação: profissionais do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30. Em relação à Lei nº 12.527/2011, sobre o poder regulamentar da administração, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A informação em poder de órgãos e entidades públicas, em função do teor e imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado pode ser classificada e tem prazo de restrição de acesso na seguinte linha: I. ultrassecreta – 25 anos, II. secreta – 15 anos e III. reservada – 5 anos.
 - () Em caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor, no prazo de 10 dias, recurso diretamente ao Ministro responsável pela área.
 - () Por se tratarem de informações sensíveis, registros de repasses ou transferências financeiras, bem como registro das despesas, somente serão fornecidas àqueles que as solicitarem.
 - () Para efeitos da lei, considera-se autenticidade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por indivíduo, equipamento ou sistema.
- (A) V/ F/ V/ V
 - (B) V/ F/ F/ V
 - (C) F/ F/ V/ F
 - (D) F/ V/ F/ V
 - (E) V/ V/ F/ F

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO PÚBLICA

31. Sobre políticas públicas definidas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo.

- I. Não pode o Presidente da República utilizar-se de Medida Provisória para tratar de matéria referente ao orçamento anual, bem como suas diretrizes, devendo, referida matéria, ser obrigatoriamente submetida à aprovação do Congresso Nacional.
- II. A União, quando da criação de Estado, direta ou indiretamente, deve assumir despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações de dívida interna ou externa da administração pública direta e indireta.
- III. A Constituinte de 1988 determina competência privativa da União para tratar de atividades nucleares, populações indígenas e seguridade social.
- IV. Constitucionalmente, é determinado à União que entregue parte do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados ao Fundo de Participação dos Municípios.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

32. Sobre o Modelo da Anarquia Organizada, de Cohen, March e Olsen, é correto afirmar que

- (A) de acordo com esse modelo, o tomador de decisão, tomado pela falta ou anarquia de informações, move-se devagar para reduzir as chances de erro numa tomada de decisão, principalmente quando se necessita fazer grandes alterações, porém com baixo impacto social.
- (B) na abordagem do referido modelo, também chamado de *Garbage Can Model*, as decisões decorrem da interação de quatro importantes elementos, a saber: Problemas, Soluções, Participantes e Oportunidades.
- (C) o referido modelo, em valorizando a ótica política em detrimento da ótica econômica, aponta a anarquia dos jogos de poder para determinar uma solução a ser tomada por recursos geralmente escassos.
- (D) o modelo adota a ideia de que a anarquia dos interesses dos atores sociais somente pode ser alcançada sem rupturas, tendo, por melhor decisão, aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos.
- (E) pelo modelo indicado, dentro da anarquia de alternativas a serem adotadas pelos tomadores de decisão, a seleção da alternativa mais conveniente se dá mediante uma análise abrangente, considerando-se, antecipadamente, os prós e contras, bem como suas consequências.

33. O “Estado de coisas” – *state of affairs* –, estudado no campo da Análise de Políticas Públicas, pode ser entendido como

- (A) item de agenda governamental.
- (B) resultado de atividade política estatal.
- (C) *withinput*.
- (D) problema político de alta relevância.
- (E) ausente das prioridades governamentais.

34. Acerca dos tipos de Políticas Públicas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () As políticas distributivas envolvem relações entre amplas categorias de indivíduos, atingindo grandes agregados sociais; trata-se de políticas claramente definidas enquanto tais, através de programas de intervenção, e priorizando o investimento público em relação a grupos sociais específicos.
- () Quando ocorre de a legislação determinar, por um lado, que a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) seja progressiva em razão do valor do imóvel, e, por outro, determinar isenção de recolhimento para os setores de menor nível de renda, resta claro que ali está adotado um modelo de política redistributivo.
- () É política distributiva aquela que direciona recursos orçamentários já existentes para atender programas habitacionais e regularização fundiária.
- () No âmbito das políticas regulatórias, os processos de conflito, de consenso e de coalizão podem se modificar conforme a configuração específica das políticas adotadas.

- (A) F/ F/ V/ F
- (B) F/ V/ V/ F
- (C) F/ V/ F/ V
- (D) V/ V/ F/ F
- (E) V/ F/ V/ V

35. Sobre os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), previstos no artigo 2º da Lei nº 8.142/1990, que dispõe, entre outros, sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Parte dos recursos é direcionada para investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
- (B) São alocados para ressarcimento de despesas e gastos realizados, exclusivamente, pelo Ministério da Saúde e seus órgãos da administração direta de forma regular e automática.
- (C) Os recursos para cobertura das ações e serviços de saúde implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal são repassados de forma regular e automática.
- (D) Os Municípios podem estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si, parcelas de recursos previstos para esta finalidade.
- (E) São alocados como investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional.

36. No que se refere à hierarquização da organização do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista pelo Decreto nº 7.508/2011, assinale a alternativa correta.

- (A) Consideram-se Portas de Entrada às ações e aos serviços de saúde nas Redes de Atenção à Saúde os serviços de atenção primária e de atenção de urgência e emergência, tão somente.
- (B) Os serviços de atenção hospitalar e os ambulatoriais especializados, entre outros de maior complexidade e densidade tecnológica, não são imediatamente referenciados como sendo de Portas de Entrada.
- (C) A criação de novas Portas de Entrada às ações e serviços de saúde são de competência exclusiva dos municípios, devendo esses apenas comunicar às Comissões e ao estado-membro, mediante apresentação de justificativa técnica.
- (D) Ao usuário é assegurada a continuidade do cuidado em saúde, em todas as suas modalidades, nos serviços, hospitais e outras unidades integrantes da rede de atenção se forem disponíveis na respectiva região.
- (E) De modo a possibilitar acesso às ações e aos serviços de saúde, esse será ordenado pela atenção primária e fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo, bem como no critério cronológico.

37. Acerca dos Modelos de Administração Pública, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () É possível afirmar que o Estado brasileiro, quanto a sua administração, já se aproximou, mais ou menos, dos três modelos clássicos de Administração Pública: Patrimonial, Burocrático e Gerencial.
 - () Quando o Supremo Tribunal Federal, em um de seus julgados, determina que uma pessoa contratada por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público não pode ser admitido como servidor para funções burocráticas ordinárias e permanentes, ele reafirma característica implementada pelo modelo burocrático de que a Administração Pública é submissa à lei e seu exercício deve obedecer a elevados padrões de conduta moral.
 - () A implementação do Modelo Gerencial no Brasil se dá em 1967, quando Roberto Campos comanda uma ampla reforma administrativa chamada “Reforma do Decreto-Lei nº 200” ou “Reforma Desenvolvimentista”.
 - () Quando a Constituição Federal exigiu que, para entrar no serviço público, era necessário concurso público, ela reduziu substancialmente o empreguismo que tradicionalmente caracterizava o Modelo Patrimonialista.
- (A) V/ F/ V/ F
(B) F/ V/ F/ F
(C) V/ V/ F/ V
(D) F/ F/ V/ V
(E) V/ F/ F/ V

38. Sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde acrescentada ao texto da Lei nº 8.080/1990 por meio da Lei nº 12.401/2011, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Produtos de interesse para a saúde, como órteses, próteses, bolsas coletoras e equipamentos médicos, estão englobados pela assistência terapêutica integral.
- (B) A responsabilidade financeira pelo fornecimento de medicamentos, produtos de interesse para a saúde ou procedimentos referentes à assistência terapêutica integral será pactuada na Comissão Intergestores Tripartite.
- (C) A incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos deverá ocorrer mediante processo administrativo.
- (D) Estão cobertos pela assistência terapêutica integral os procedimentos clínicos e cirúrgicos experimentais.
- (E) Os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas devem avaliar os medicamentos ou produtos quanto a sua eficácia, segurança, efetividade e custo-efetividade para as diferentes fases evolutivas da doença ou do agravo à saúde.

39. Sobre as ferramentas de mudança organizacional, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Aprendizado organizacional dá importância à vivência e à ação, o que significa vivenciar experiências e dar oportunidade para mudanças de comportamento e não apenas ao adquirir conhecimento.
 - () As políticas voltadas para a qualidade no setor público são iguais às do setor privado, pois ambas buscam a excelência no atendimento ao cliente, ao menor custo possível.
 - () O planejamento estratégico tem por objetivo estabelecer o direcionamento e as ações da organização a longo prazo, sendo geralmente responsabilidade dos níveis hierárquicos mais elevados.
 - () *Benchmarking* significa que os membros que atuam em esferas decisivas de uma organização pública devem prestar contas de suas decisões, explicar, orientar e justificar as ações de sua gestão.
- (A) F/ F/ V/ V
(B) V/ F/ V/ F
(C) F/ V/ F/ F
(D) V/ V/ V/ F
(E) F/ F/ F/ V

40. Acerca da avaliação de desempenho, analise as assertivas abaixo.

- I. O modelo de avaliação 360 graus pode ser implementado por qualquer empresa ou órgão da Administração Pública, uma vez que não depende de uma cultura preliminar de avaliação e comunicação, bastando um forte senso de equipe.
- II. O fato de a avaliação de desempenho na Administração Pública poder ser entendida como sendo uma situação de recompensa ou penalização, torna-se um ponto desfavorável a sua implantação.
- III. Uma das desvantagens do método de escalas gráficas é que o registro da avaliação é bastante trabalhoso, tomando muito tempo do avaliador.
- IV. Uma das vantagens do método de escolha forçada é que proporciona resultados mais confiáveis e isentos de influências subjetivas e pessoais, pois elimina o efeito de estereotipação (efeito halo).

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

REGULAÇÃO

41. Sobre a origem e os objetivos do instituto da agência reguladora, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O instituto da agência reguladora advém do direito norte-americano, tendo sido adaptado e implementado em países da Europa e da América Latina para processos de desestatização, via privatização de empresas e serviços públicos.
- (B) A ideia de criar as agências reguladoras coaduna com a tendência de buscar um “Estado mínimo” regulador, derogando-se o Estado paternalista completo, provedor de todos os bens dados como público à população.
- (C) O modelo das agências reguladoras, tradicionalmente, é caracterizado pelo elevado grau de independência da agência em relação aos Poderes Legislativo e Judiciário, e controlado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo.
- (D) A Teoria da Captura é uma crítica ao modelo de regulação, a qual aponta para o risco de que a regulação e o regulador sejam capturados pelos entes regulados para satisfazer seus próprios interesses.
- (E) Nos EUA, o modelo da agência reguladora se dá em um momento de fortalecimento do Estado. No Brasil, as agências são instituídas em período de diminuição do intervencionismo estatal.

42. Sobre a regulação de um serviço público, analise as assertivas abaixo.

- I. Evita injustiças discriminatórias, bem como induz a uma distribuição de riqueza mais justa, provendo o mínimo vital aos mais necessitados, prática já adotada em países socioeconomicamente mais desenvolvidos.
- II. Ainda que deva obedecer a certos limites, à agência reguladora não importa avaliar a racionalidade econômica de seu setor, uma vez que cuidar de um eventual excesso de demanda ou uma insuficiência de mercado é de competência exclusiva do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- III. A regulação de um serviço público implica um corpo técnico, de dedicação contínua, com considerável grau de especialização técnica e econômica, o que dificilmente seria obtido mediante detentores de cargo iminentemente político.
- IV. A regulação do serviço público permite que decisões que afetem diretamente direitos e liberdades dos cidadãos possam ser analisadas com imparcialidade, especialidade e sem compromisso com partido político de ocasião.
- V. A Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária, cobrada pela Anvisa no exercício de seu poder de polícia, é irregular, configurando-se bitributação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III e IV, apenas.

43. Acerca dos atos normativos expedidos pela agência reguladora, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A agência reguladora atua em sede de delegação legislativa, devendo sua atuação normativa ser delimitada pelo Poder Legislativo.
- (B) A lei aprovada pelo Poder Legislativo deve ser o mais genérica possível, de modo que a agência reguladora exerça seu poder-dever de “preencher” os brancos legislativos e deliberar sobre a política que funcionará como parâmetro de controle da legitimidade de sua atuação.
- (C) As normas e decisões exaradas pela Direção de uma agência reguladora não podem ser alteradas e revistas senão por ela própria.
- (D) A norma editada pela agência reguladora é vital para o desenvolvimento e proteção do setor econômico sob sua atuação que pode, inclusive, dependendo da urgência e complexidade da situação, invadir competência de outros órgãos reguladores e introduzir aos regulados novas obrigações.
- (E) Os atos normativos editados por uma agência reguladora não são regulamentos autônomos, uma vez que não defluem da Constituição, mas sim da lei instituidora da agência.

44. Com relação às teorias regulatórias, analise as assertivas abaixo.

- I. Condições de entrada com exclusividade de demanda são importantes para recuperação de custos afundados em casos de monopólios naturais.
- II. Os níveis tarifários de um contrato devem ser estabelecidos no processo licitatório, devendo ser conhecidos desde então, sem possibilidade de ajuste posterior, o que implica manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços prestados.
- III. Quanto maior a concorrência em um setor, maior é a necessidade do regulador em obter informações e intervir, sancionando os operadores ineficientes.
- IV. Na teoria econômica, sob a gestão pública, a tendência é que haja um fraco desempenho das empresas, dado à falta de penalização à gestão improdutiva, pois os lucros e as perdas não são totalmente percebidos pelos gestores.
- V. O sistema de “preço-teto” assume a assimetria de informação entre regulador e regulados, e como não observa o empenho de eficiência do operador, evita que os ganhos de eficiência sejam repartidos com os usuários.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

45. Sobre o sistema de Ouvidoria existente nas agências reguladoras, analise as assertivas abaixo.

- I. À Ouvidoria, cabe atuar com imparcialidade, transparência e independência. No entanto, ela está hierarquicamente vinculada ao Diretor-Presidente da agência reguladora e a ele deverá reportar-se.
- II. A competência das ouvidorias é a de dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre as empresas prestadoras de serviços públicos, bem como entre esses prestadores e seus usuários.
- III. O Instituto da Ouvidoria está previsto apenas na Lei de Defesa do Usuário de Serviço Público.
- IV. O Instituto da Ouvidoria tem origem na palavra sueca *Ombudsman*, cargo público de bastante relevância na monarquia daquele país; em sua origem, tinha o intuito de receber reclamações da população, investigando essas manifestações e levando-as ao conhecimento do governo monárquico.
- V. Não cabe à Ouvidoria sugerir a implantação de mecanismos que incentivem o administrador público a analisar, alterar e implementar melhorias nos procedimentos regulatórios.

É correto o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e V, apenas.
- (D) III e V, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

46. Sobre as agências reguladoras, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Um ex-diretor de uma agência reguladora, durante o período de impedimento para o exercício de atividades no setor regulado, ficará a ela vinculado, sendo remunerado, bem como recebendo os benefícios atinentes ao cargo ocupado.
- (B) O mandato de um diretor não coincide com os mandatos do Poder Executivo, sendo, no entanto, passível, a qualquer momento, de exoneração *ad nutum*.
- (C) A sede de uma agência reguladora é um bem especial, sendo o local onde se realiza a atividade pública de ordem federal, estadual ou municipal.
- (D) Constitui caso de desafetação a desativação de edifício-sede de uma agência reguladora.
- (E) As modalidades de delegação dos serviços públicos à iniciativa privada são as seguintes: concessão, concessão precedida da execução da obra pública, permissão e autorização.

47. Sobre a natureza jurídica das agências reguladoras, é **incorreto** afirmar que

- (A) a agência reguladora pode delegar a uma entidade privada a função de fiscalização e controle de atividade profissional mediante procedimento de licitação.
- (B) a agência reguladora tem função quase judicial no sentido de que resolvem, no âmbito de suas atividades, desavenças que venham a ocorrer entre regulados, bem como entre esses e usuários de seus serviços.
- (C) uma pessoa, quando nomeada pelo Governador para ser Diretora de uma agência reguladora estatal, deve ter seu nome aprovado pela Assembleia Legislativa.
- (D) o funcionário público concursado, de uma agência reguladora, pode ser demitido pelo Executivo, no cumprimento de seu mandato, por justo motivo ou na ocorrência de alteração na lei que criou a referida agência.
- (E) não há instância recursal hierárquica dos atos de uma agência reguladora em nível ministerial.

48. O controle externo das agências reguladoras pode ser realizado pelo(s)

- I. Congresso Nacional – fiscalizar e controlar a gestão interna da agência e processos administrativos que dão origem às decisões regulatórias da agência.
- II. Poder Judiciário – controlar incidente sobre a legalidade dos atos administrativos exarados pela agência regulatória, nunca podendo adentrar ao mérito desses atos administrativos.
- III. Tribunais de Conta da União (TCU) – julgar contas apresentadas pelos administradores, bem como contratos assinados pela agência reguladora.
- IV. próprio cidadão – por meio do direito de petição.
- V. Conselho de Ministros – em suporte do Chefe do Poder Executivo, avaliar, de tempos em tempos, a eficiência da gestão das agências reguladoras.

É correto o que está contido em

- (A) II e V, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

49. Sobre a tese da deslegalização, é correto afirmar que

- (A) consiste em uma nova roupagem da Teoria da Captura, tendo origem na França. Segundo tal tese, uma vez constatado o fenômeno da captura em determinado setor, imediatamente o ato normativo que ampara a captura perde o efeito.
- (B) consiste no fenômeno de delegação por parte das agências reguladoras para particulares instituírem códigos de autorregulação.
- (C) o Poder Legislativo dispõe parte de sua parcela de atribuição legislativa em favor das agências reguladoras, abrindo espaço para que essas possam editar normas gerais e abstratas com força de lei.
- (D) é o fato de as normas expedidas pelas agências reguladoras terem natureza infralegal, parecidas com as normas editadas pelo Poder Executivo.
- (E) a tese defende o fato de que uma vez que a norma é sobreposta por fatos de ordem econômica, ela perde a eficácia imediatamente.

50. Com relação aos convênios assinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), é correto afirmar que

- (A) as parcerias firmadas por meio de convênio podem ser realizadas com repasse financeiro e são realizadas apenas com órgãos públicos de esfera estadual ou municipal.
- (B) os convênios têm natureza não onerosa, com prazo determinado, e o acompanhamento cotidiano fica centralizado sob uma única área da Anvisa.
- (C) a assinatura de convênios pela Anvisa é uma das modalidades de controle da referida agência sobre outras instituições, de modo a garantir o nível de conhecimento dos profissionais da área e garantir o controle do setor regulado.
- (D) os convênios e parcerias são instrumentos utilizados pela Anvisa de modo a descentralizar ações e projetos relacionados à vigilância sanitária, podendo ser assinados com instituições públicas ou privadas sem finalidade lucrativa, envolvendo ou não repasse de recurso.
- (E) a Anvisa somente pode assinar convênios com organizações internacionais, sendo que para as entidades nacionais, existe o instituto da parceria.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

51. Assinale a alternativa que apresenta a definição de risco sanitário.

- (A) Fator de contaminação dos produtos de limpeza sanitária.
- (B) A probabilidade que os produtos e serviços têm de causar prejuízo à saúde das pessoas e da população.
- (C) Um conjunto de ações que proporciona a detecção e a prevenção de mudanças nos fatores determinantes de saúde da população.
- (D) Risco de contaminação dos alimentos servidos em bares, lanchonetes, restaurantes e similares, devido à proximidade entre a cozinha e os banheiros.
- (E) Conjunto de fatores ambientais que contribuem para deteriorar a saúde da população.

52. Com relação à coordenação e às atribuições do SUS sobre a vigilância sanitária, nos três níveis de governo, é correto afirmar que compete ao(à)

- (A) Sistema Nacional de Vigilância Sanitária definir e coordenar, no país, os sistemas de vigilância sanitária.
- (B) Sistema Único de Saúde (SUS), nos municípios, a coordenação das atividades de vigilância sanitária.
- (C) direção nacional do SUS definir e coordenar os sistemas de vigilância sanitária; à direção estadual, coordenar, executar ações e serviços; e à direção municipal, executar os serviços.
- (D) Ministério da Saúde a coordenação das atividades de vigilância sanitária.
- (E) Anvisa, autarquia sem vínculo com o Ministério da Saúde, a coordenação da vigilância sanitária no país, não cabendo ao SUS nenhuma competência.

<p>53. É correto afirmar que, no Brasil, as ações sobre a entrada e saída de pessoas, animais e mercadorias em aeroportos internacionais competem à</p> <p>(A) vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, pois é ligada à prefeitura, que tem poder legal sobre os aeroportos situados no município.</p> <p>(B) vigilância sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, ligada ao governo do estado, pois normalmente os municípios não têm estrutura para essa finalidade.</p> <p>(C) Polícia Federal, já que a atividade poderá envolver apreensão de mercadorias e até prisões.</p> <p>(D) Infraero, que é o órgão administrador dos aeroportos no Brasil.</p> <p>(E) Anvisa.</p>	<p>56. Com relação às áreas de atuação da vigilância sanitária, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Consistem em ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e intervir nos problemas sanitários.</p> <p>(B) Produtos, serviços de saúde, meio ambiente, saúde do trabalhador, portos, aeroportos e fronteiras.</p> <p>(C) Quaisquer bens de consumo que se relacionem com a saúde, desde a produção.</p> <p>(D) Estabelecimentos de prestação de serviços que, de alguma forma, envolvam saúde.</p> <p>(E) Tudo o que se relacione à probabilidade de eventos adversos à saúde da população.</p>
<p>54. Na fiscalização sanitária, o Estado exercita seu poder para aceitar ou recusar produtos e serviços de saúde, verificando o cumprimento das normas estabelecidas. A esse respeito, é correto afirmar que, para cumprir a lei, a fiscalização</p> <p>(A) apoia-se exclusivamente no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), laboratório central de referência vinculado à Fundação Oswaldo Cruz.</p> <p>(B) sanitária possui normas jurídicas próprias, que tornam desnecessários instrumentos de apoio, como os laboratórios, às ações de vigilância.</p> <p>(C) sanitária, além de possuir normas jurídicas próprias, trabalha em conjunto com a polícia, não necessitando de instrumentos de apoio como laboratórios.</p> <p>(D) apoia-se nos laboratórios estaduais de saúde pública, que verificam a conformidade dos produtos com normas, por meio de análises fiscais, de controle e prévias.</p> <p>(E) sanitária, além de normas jurídicas próprias, conta com o Ministério da Agricultura e sua rede de laboratórios, portanto não necessita do apoio de laboratórios na rede de saúde pública.</p>	<p>57. É correto afirmar que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVC) é constituído</p> <p>(A) por dois ministérios: o da Saúde e o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p> <p>(B) exclusivamente pela Anvisa.</p> <p>(C) pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, em nível federal, pelas Secretarias Estaduais de Saúde e pelas Secretarias Municipais de Saúde.</p> <p>(D) pela Anvisa, em nível federal, pelas vigilâncias sanitárias das Secretarias de Estado de saúde e pelos serviços de vigilância sanitária das Secretarias Municipais de Saúde.</p> <p>(E) pelos serviços de vigilância sanitária das Secretarias Municipais de Saúde.</p>
<p>55. Conforme a Lei nº 9.782/1999, a Anvisa é administrada por uma diretoria colegiada, que conta também com um procurador, um corregedor e um ouvidor. A respeito dessa diretoria colegiada, é correto afirmar que seus membros são indicados</p> <p>(A) e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal.</p> <p>(B) diretamente pelo Presidente da República, sem necessidade de aprovação do Senado.</p> <p>(C) pelo Ministro da Saúde e nomeados pelo Presidente da República.</p> <p>(D) pelo Conselho Nacional de Saúde e nomeados pelo Ministro da Saúde.</p> <p>(E) e nomeados diretamente pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass).</p>	<p>58. Os modelos institucionais de organização da proteção à saúde variam conforme o país. A respeito das funções da vigilância sanitária no Brasil, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Estabelecem-se com base na noção de risco sanitário.</p> <p>(B) Podem ser agrupadas em: condições (ambientais); produtos (alimentos e medicamentos); elementos (água, radiações, lixo, resíduos industriais); serviços (médico-hospitalares, de diagnóstico, farmácias, creches); transporte (cargas perigosas); meios (laboratórios, pesquisas clínicas, poços artesianos, engenharia genética); origens (produtos, dejetos e vetores procedentes do exterior, saúde dos imigrantes, importação e exportação de insumos farmacêuticos).</p> <p>(C) Normatização e controle: de bens, da produção e consumo de substâncias, de tecnologias médicas, de serviços relacionados à saúde, de portos, aeroportos e fronteiras, de aspectos do ambiente e da saúde do trabalhador, entre outras.</p> <p>(D) Abrangem várias categorias de objetos de cuidado, partilhando competências com órgãos e instituições de outros setores que também desenvolvam ações de controle sanitário.</p> <p>(E) Monitoramento da qualidade de produtos e serviços; vigilância epidemiológica (de eventos adversos à saúde relacionados a atividades profissionais, riscos ambientais, tecnologias médicas, água e alimentos); pesquisa epidemiológica e de laboratório; educação e informação sanitária; comunicação social.</p>

59. A respeito da autoridade e da competência da vigilância sanitária, assinale a alternativa correta.
- (A) A vigilância sanitária tem autoridade para interditar locais de fabricação e venda de produtos e de prestação de serviços de saúde, e de proibir produtos e insumos com riscos à saúde.
 - (B) A vigilância sanitária não tem autoridade para interditar locais de fabricação e venda de produtos e de prestação de serviços de saúde, nem de proibir produtos nocivos; isso compete à Polícia Federal.
 - (C) A vigilância sanitária tem competência somente para normatizar e controlar substâncias e serviços de interesse para a saúde.
 - (D) Não compete à vigilância sanitária, mas ao Ministério Público, interditar locais de fabricação e venda de produtos e de prestação de serviços de saúde, e de proibir produtos e insumos com riscos à saúde.
 - (E) A vigilância sanitária tem autoridade para proibir o comércio de produtos com riscos à saúde, mas não de interditar os locais de fabricação desses produtos, que compete à Polícia Federal.

60. Segundo o Decreto nº 3.029/1999, o Conselho Consultivo da Agência Nacional da Vigilância Sanitária apresenta, em sua composição:

- I. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia ou seu representante legal.
- II. Confederação Nacional das Indústrias – um representante.
- III. Defesa do Consumidor – dois representantes de órgãos legalmente constituídos.
- IV. Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou seu representante legal.

É correto o que está contido em

- (A) I e III, apenas.
- (B) IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

PROVA DISCURSIVA

Escreva um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo 20 e, no máximo 30 linhas, sobre a questão abaixo.

O atual modo de produção capitalista tem sido responsável pelo aumento da produção e do consumo crescente de mercadorias e serviços, entre os quais uma grande variedade relacionada à saúde. A Regulação é uma das funções dos sistemas de saúde e está atrelada à função estatal de ordenar e mediar a relação de produção-consumo de bens, recursos, serviços e produtos de interesse da saúde. Identifique e comente as principais ações regulatórias realizadas pelo Estado Brasileiro por meio da Vigilância Sanitária.